

O ENSINO DE SOCIOLOGIA ATRAVÉS DOS JOGOS DIDÁTICOS E O DEBATE SOBRE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE EM UMA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL

Sofia Pereira de Oliveira ¹
Michely Peres de Andrade ²

RESUMO

O trabalho propõe uma reflexão sobre o ensino de Sociologia e a contribuição dos jogos didáticos no processo de ensino-aprendizagem. Durante o artigo, será abordado o lugar dos jogos e do lúdico no desenvolvimento da imaginação sociológica de jovens e adolescentes e como o tema da inclusão pode ser melhor debatido através de metodologias ativas que ultrapassam o formato da aula expositiva tradicional. O relato de experiência parte de uma oficina planejada e ministrada durante as regências na disciplina eletiva “Aprendendo com o lúdico”, ofertada em uma escola de ensino médio de tempo integral, localizada em uma bairro periférico de Fortaleza. Inicialmente, a atividade foi desenvolvida no âmbito do PIBID e aprofundada durante o estágio supervisionado da bolsista de iniciação à docência. A experiência da oficina nos leva a refletir sobre o uso de recursos didáticos mais acessíveis em sala de aula e a centralidade do debate sobre inclusão no contexto de expansão e reforma curricular do ensino médio. Tendo em vista a vivência do estágio supervisionado em uma escola de tempo integral, chegamos à conclusão de que temas como inclusão e acessibilidade são pouco abordados no ambiente escolar. Por outro lado, concluímos que os estudantes possuem um desejo expressivo em conhecer e estudar o tema. A partir da pesquisa bibliográfica realizada e das reflexões mobilizadas durante a oficina, fica nítido que a efetivação da inclusão escolar implica, necessariamente, em uma mudança radical do atual paradigma educacional.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia; Jogos didáticos; Iniciação à Docência; Inclusão.

INTRODUÇÃO

A Reforma do Ensino Médio, sancionada em 2017 pela Lei 13.415/2017, foi imposta às escolas de maneira autoritária e arbitrária. Mesmo após consulta pública e revisões necessárias, realizadas pelo Ministério da Educação em 2023, o Novo Ensino Médio continua controverso e não conseguiu o apoio de educadores/as e pesquisadores/as. Dentre as várias alterações, destaca-se o aumento da carga horária, com a proposição mínima anual de

¹ Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, autorprincipal@email.com;

² Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, michely.andrade@uece.br



oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluídos o tempo reservado aos exames.

De acordo com a BNCC do ensino médio, o estudante poderá escolher o itinerário formativo para aprofundar os seus estudos. Disciplinas como Sociologia passam a sofrer modificações com a proposta das chamadas eletivas, que compõem os itinerários formativos. Em meio a esse contexto de avanços, ameaças e incertezas, intensifica-se o debate sobre as metodologias de ensino capazes de tornar os temas e problemáticas, próprias das Ciências Sociais, mais atraente para os jovens, renovando o papel da Sociologia dentro do Ensino Médio.

A intermitência no ensino de Sociologia dificultou o desenvolvimento de metodologias ativas e o uso de recursos didáticos mais plurais, se compararmos às disciplinas historicamente consagradas. A história de inconstância da Sociologia escolar impacta na sua legitimidade enquanto componente curricular e no reconhecimento de sua importância para o desenvolvimento cognitivo e intelectual dos/das jovens, bem como na constituição de metodologias de ensino específicas para a área.

Dessa forma, o trabalho apresentado é fruto da nossa busca por uma sala de aula mais dialógica. Para isso, dialogamos com as reflexões de Paulo Freire e Ira Shor (1986) e Bell Hooks (2013). São intelectuais que nos ajudam a romper com a estagnação das aulas expositivas como único caminho a ser seguido no processo de ensino-aprendizagem. Partindo do pressuposto de que o jogo é uma prática social e cultural presente no cotidiano dos estudantes, pensamos o lúdico como indispensável para o processo de transposição didática no ensino de Sociologia.

Este trabalho, portanto, traz um relato de experiência de atividade realizada durante o Estágio supervisionado em uma escola de Ensino Médio de Tempo Integral. Além de acompanhar as aulas de uma disciplina eletiva, foi realizada uma oficina para abordar o tema da inclusão e acessibilidade. Escolhemos esse tema por ser pouco discutido e abordado nas escolas. Além de desenvolver conceitos e teorias oriundos da Educação e das Ciências Sociais, um dos objetivos da oficina foi o de despertar os jovens para a empatia a partir do contato com a realidade de pessoas com deficiência.



O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO CONTEXTO DA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL NO CEARÁ

Em 2008, foi promulgada a Lei 11.684/08, que estabeleceu a obrigatoriedade das disciplinas Sociologia e Filosofia em todos os anos do Ensino Médio e em todas as escolas do território brasileiro (BRASIL, 2008b). A Lei determina que ambas devem ter o mesmo tratamento das outras disciplinas obrigatórias. A Lei 11.684/08 foi fruto de uma luta histórica, encabeçada por profissionais da educação, universidades e entidades sindicais de vários estados. Tal conquista veio fortalecer o papel da Sociologia e da Filosofia nas escolas enquanto disciplinas autônomas, porém, a sua obrigatoriedade viria a ser questionada e novamente ameaçada com a Medida Provisória (MP) 746/2016, que propôs o Novo Ensino Médio, convertida em lei (13.415/2017). A lei alterou a LDB (nº 9394/96) e estabelece uma mudança brusca na estrutura das escolas de Ensino Médio.

Mesmo após muitas críticas, o Novo Ensino Médio prevê que de um total de, no mínimo, 3 mil horas, nos três anos, 2.400 horas devem ser destinadas à Formação Geral Básica (FGB), que inclui português, inglês, artes, educação física, matemática, ciências da natureza (biologia, física, química) e ciências humanas (filosofia, geografia, história, sociologia). O conteúdo da FGB é definido na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Desse modo, com a implementação da nova lei, haverá um aumento da carga horária mínima de formação geral básica ao longo dos três anos do ensino médio, que era de 1.800 horas.

De acordo com o atual secretário-executivo adjunto do MEC, Gregório Grisa, o aumento da carga horária é um avanço. “A ampliação da Formação Geral Básica De 1.800 para 2.400 horas garante que os componentes curriculares voltem ao currículo, ou seja, as disciplinas de literatura, artes, educação física, biologia, física e química, filosofia, geografia, história e sociologia aumentada gradativamente de 800 para 1.400horas”³.

Com o aumento, a carga horária ficou dividida entre os componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular, organizados por áreas do conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) e os itinerários formativos, incluindo nesse conjunto a formação técnica e profissional. Segundo o Ministério da Educação, o objetivo desses

³ <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/o-que-muda-no-ensino-medio-a-partir-de-2025>



itinerários é possibilitar uma especialização ou maior aprofundamento de uma das áreas da base. O aumento da carga horária traz impactos significativos para a rotina escolar e para a sociabilidade dos jovens. Uma das estratégias de reorganização curricular que foi proposta para viabilizar os itinerários formativos é a oferta de componentes curriculares eletivos. No estado do Ceará, além das chamadas eletivas, também compõem a parte diversificada o Núcleo de Trabalho, Pesquisa e Práticas Sociais – NTPPS; o Projeto Professor Diretor de Turma - PPDT e o Projeto de Vida (ANDRADE e SOUZA, 2025).

Para a implementação do Novo Ensino Médio no estado do Ceará, a Secretaria de Educação elaborou o seu Documento Curricular Referencial (DCRC) com a participação de professores e professoras da rede básica de ensino, bem como universidades públicas interessadas em contribuir na sua concepção e elaboração textual. O documento foi divulgado no segundo semestre de 2021 e passou a ser utilizado como base para a organização curricular das escolas. Além dele, foi divulgado o catálogo das eletivas, responsável por organizar o conteúdo, temas e metodologias trabalhadas pelos componentes curriculares eletivos, responsáveis pelo aprofundamento de determinados itinerários formativos (ANDRADE e SOUZA, 2025).

A escola de tempo integral surge como um instrumento de ampliação da carga horária, com a proposta pedagógica voltada para a formação integral do estudante. Nessa perspectiva, o governo afirma que o foco da escola não está na transferência de conteúdos programáticos das disciplinas curriculares, mas na formação integral do aluno, quando este desenvolve diferentes habilidades e competências ao longo do processo educativo, levando em consideração as questões históricas e sociais, além das suas expectativas para o futuro.

Porém, uma dificuldade observada nas escolas em tempo integral é a crescente evasão de estudantes, já que muitos precisam trabalhar e ficam impossibilitados de conciliar as duas jornadas. Além disso, falta investimento e recursos apropriados para que a escola de tempo integral obtenha a funcionalidade desejada, proporcionando, de fato, uma educação integral. Para isso, torna-se necessário um trabalho intersetorial com recursos convergentes de diferentes políticas públicas, ou seja, com o Ministério de Educação trabalhando em consonância com a assistência social, com as secretarias de cultura, de esporte, meio ambiente, entre outros.

A Escola CAIC Maria Alves Carioca, onde foram realizadas as oficinas do PIBID e as atividades do estágio supervisionado, é uma escola de tempo integral, localizada no bairro de Granja Lisboa, que compõe o território do Grande Bom Jardim em Fortaleza-CE. A





escola foi fundada em 1995, no contexto de criação e expansão dos Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente, durante os governos de Fernando Collor e Itamar Franco.

A estrutura pedagógica dos CAICs é inicialmente definida na Lei Federal nº 8 642, de 31 de março de 1993, envolvendo: I - mobilização para a participação comunitária; II - atenção integral à criança de 0 a 6 anos; III - ensino fundamental; IV - atenção ao adolescente e educação para o trabalho; V - proteção à saúde e segurança à criança e ao adolescente; VI - assistência a crianças portadoras de deficiência; VII - cultura, desporto e lazer para crianças e adolescentes; VIII - formação de profissionais especializados em atenção integral a crianças e adolescentes (SOBRINHO e PARENTE, 1995, p. 8). Atualmente, os governos dos estados são responsáveis pela administração dos CAICs, que foram incorporados ao sistema de ensino básico. Segundo o projeto político pedagógico do CAIC Maria Alves Caioca, a escola assume o compromisso em fortalecer o elo com a comunidade, contribuindo para a socialização dos alunos. Além das atividades curriculares, a escola conta com a presença de uma areninha e com o Nape (núcleo de apoio psicopedagógico), entre outros projetos em parceria com a comunidade.

Os espaços de sociabilidade nas escolas de tempo integral são fundamentais para compreendermos como os estudantes estão vivenciando o novo Ensino Médio. Um aspecto que chama bastante atenção no CAIC é a variedade de espaços que existe na escola, que são propostos como locais de socialização, tais como o pátio de entrada, a quadra, o refeitório, a biblioteca, o corredor que dá entrada para biblioteca, entre outros. Os estudantes se apropriam desses espaços como forma de reafirmar suas identidades e o seu sentimento de pertença.

A escola que tem como lema “Educando para uma cultura de paz” busca estratégias pedagógicas para fortalecer o elo entre a comunidade, o núcleo gestor e os estudante. A concepção de sucesso escolar, por sua vez, não está restrito às notas altas, a um diploma e às aprovações nos vestibulares. A ideia de sucesso passa pela ideia de formação cidadã e plural.

Nesse sentido, a escola tem investido na oferta de eletivas diversas durante o processo de implantação do Novo Ensino Médio, onde os professores possuem autonomia para propor o conteúdo e as metodologias de ensino. As eletivas compõem os itinerários formativos, que consistem em um conjunto de disciplinas que os estudantes podem escolher para se aprofundarem em alguma das áreas específicas, contidas na BNCC. No Documento Referencial do Estado do Ceará (DCRC), encontramos a terceira e última parte do documento todo voltado para os itinerários formativos e suas orientações.





O documento informa que os itinerários formativos devem seguir o conjunto de unidades curriculares que compõem as instituições de ensino. “As unidades curriculares são elementos com carga horária pré-definida, cujo objetivo é desenvolver competências específicas” (CEARÁ, 2021, p. 335).

O DCRC traz como exemplos de unidades curriculares, disciplinas eletivas, laboratórios, clubes, oficinas, observatórios, incubadoras, empresas juniores, núcleo de criação artística, núcleo de estudos, grupo de pesquisa e projetos, o que demonstra certa flexibilidade ao compararmos com a proposta da reforma. O documento ainda aborda a importância dos IF para a construção dos sujeitos, seguindo os princípios da BNCC, ao reportar que: “os itinerários formativos possibilitam ao educando se preparar para enfrentar desafios acadêmicos, profissionais e pessoais de maneira que possa contribuir para a construção de soluções de problemas específicos da sociedade qual ele pertence” (CEARÁ, 2021, p. 337). O DCRC também trata das diferentes situações de aprendizagem, relacionando-as à ideia de protagonismo juvenil, que busca trazer o estudante para o centro das suas escolhas para o futuro.

A Secretaria de Educação disponibiliza às escolas e professores/as um catálogo de eletivas de acordo com os eixos estruturantes. No ano de 2024, o CAIC Maria Alves Carioca ofertou eletivas como o teatro, o bordado a partir de fatos históricos, artes manuais, música, estudo de textos históricos, empreendedorismo, práticas leitoras em Sociologia, aprendendo com o lúdico, entre outras.

A eletiva “Aprendendo com o lúdico”, acompanhada durante o Estágio Supervisionado III e IV, buscou trabalhar de forma lúdica temas importantes da Sociologia, auxiliando os estudantes a exercitarem a imaginação sociológica através de jogos, músicas, literatura, poemas, histórias em quadrinho, obras de arte etc. Acompanhando a eletiva, surgiu a ideia de desenvolver um jogo para aprofundar o debate sobre o tema da inclusão na sociedade brasileira. As linhas a seguir trazem um pouco dessa experiência.

OS JOGOS DIDÁTICOS E O DEBATE SOBRE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NA ESCOLA PÚBLICA

Durante a disciplina de Estágio Supervisionado III, uma das propostas foi abordar o ensino de Sociologia na perspectiva da Educação Inclusiva. A ementa incluía os seguintes aspectos: Estágio e pesquisa na formação de professores/as; o debate sobre identidade, diversidade e diferença na perspectiva das pessoas com deficiência e o Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas públicas de Fortaleza. Como proposta de





regência, a ementa solicitava o planejamento e a realização de uma atividade sobre educação inclusiva e acessibilidade com jovens do Ensino Médio.

Entendendo que esse é um tema pouco abordado nas escolas, o intuito foi trabalhar a empatia e estimular os alunos a refletirem sobre os obstáculos enfrentados pelas pessoas com deficiência na sociedade e na escola. Intercalando com estudos de textos de Mantoan (2003) e Lustosa, foi possível compreender melhor o debate sobre educação inclusiva, exclusão escolar e as barreiras atitudinais presentes no cotidiano escolar. O debate despertou para refletirmos sobre a ausência do tema na universidade e nos cursos de formação de professores/as.

No decorrer da disciplina de Estágio Supervisionado III, o objetivo foi contrastar as leituras com os acontecimentos e propostas apresentadas em sala de aula, dialogando com o conteúdo de Sociologia. Dessa forma, ao acompanhar a eletiva “Aprendendo com o lúdico” em uma turma de 2ºanos, foi possível articular com o conteúdo que os estudantes estavam estudando na disciplina eletiva “Direitos Humanos e cidadania”. Sendo assim, foram elaboradas formas de inserir o debate, de modo que dialogasse tanto com a disciplina de Sociologia, quanto a proposta da eletiva.

A sequência didática teve início com a exibição do documentário “Um lugar para todo mundo”. Porém, na aula anterior, foi pedido para que eles/elas pesquisassem sobre o nosso processo de inclusão nos espaços educacionais no Brasil. A exibição do filme ocorreu em dois encontros e, ao finalizar, foi realizada uma roda de conversa, onde os alunos apontaram aspectos que acharam relevantes no filme, o que gerou reflexões e um debate sobre a realidade brasileira e a norte-americana. Durante o debate, foram articuladas questões como inclusão, capacitismo, exclusão escolar, cidadania e direitos humanos no contexto das sociedades capitalistas contemporâneas.

Durante a atividade, foi possível perceber que os alunos conseguem identificar as desigualdades e exclusões que acontecem no ambiente escolar. Ao mesmo tempo, nota-se que não se sentem prontos ou confortáveis para realizar as reflexões sociológicas possíveis do tema abordado. Diante disso, defendemos que o debate sobre inclusão no ambiente escolar se faz necessário, resgatando a história de luta e dos movimentos sociais das pessoas com deficiência. Desse modo, pensando em uma forma de articular o debate reflexivo, foi criado um mapa tátil, com materiais de relevo e cores fortes. Ao interagir com o mapa, os alunos



criaram “caminhos” e apontaram os direitos reivindicados no decorrer dos anos. A proposta e os objetivos da oficina do mapa tátil, portanto, foi construindo caminhos sobre os direitos adquiridos para pessoas com deficiência. Para isso, foi preciso um trabalho de pesquisa sobre a história da legislação que garante a cidadania e os direitos das pessoas com deficiência.

Ao trabalhar uma linha do tempo com os estudantes sobre as políticas públicas implementadas para pessoas com deficiência, foi perceptível o interesse da turma, que contribuiu para o debate com perguntas e exemplos do cotidiano, não somente vivenciado no ambiente escolar, mas também em casa e no seu trajeto para a escola. Chamaram atenção para as barreiras atitudinais presentes no dia a dia e que às vezes nem percebemos: calçadas desniveladas, sinalizações incorretas, o fato das salas de aula serem no segundo andar, a ausência do piso tátil etc.

O uso de jogos didáticos em sala de aula é uma possibilidade de mediação pedagógica no ensino de Sociologia, que estimula a criatividade e o senso crítico. As estratégias de ensino por meio de atividades lúdicas permitem aos estudantes a capacidade de problematizar e refletir problemas sociológicos que estão no cotidiano. Além disso, os jogos podem auxiliar na prática da interdisciplinaridade e promover o desenvolvimento de habilidades como a cooperação e a capacidade de falar em público. A relação dos jovens com o celular e com as mídias digitais tem dificultado cada vez mais as interações interpessoais, assim como o desenvolvimento escolar e acadêmico dos estudantes. Estratégias metodológicas mais lúdicas são fundamentais no contexto de proibição do uso dos celulares no ambiente escolar, a partir da lei 15.100/2025, sancionada recentemente.

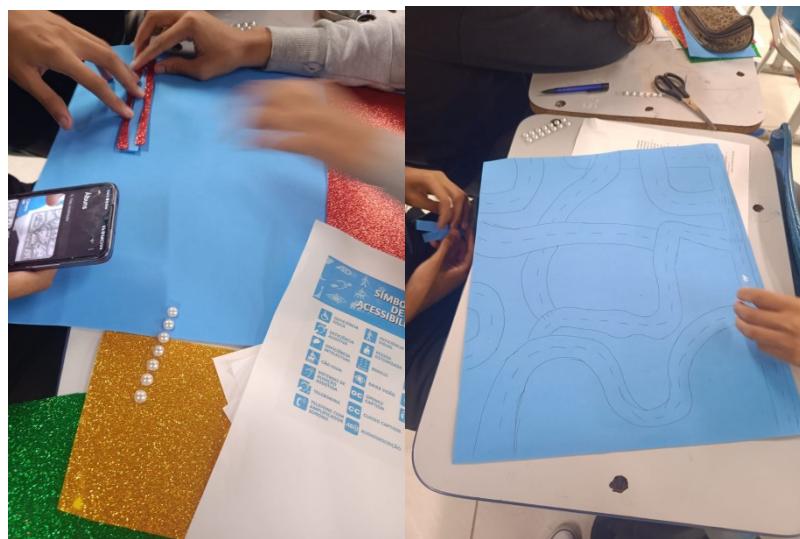
Ao iniciar a oficina para a construção do mapa tátil, os alunos foram divididos em dois grupos. Cada grupo ficou responsável por, no mínimo, duas políticas públicas implementadas para pessoas com deficiência. Ao finalizar as partes do mapa, os estudantes foram levados a interligar as partes, formando um todo panorâmico sobre a legislação. Sendo as seguintes leis no primeiro grupo: “A legislação sobre o acesso de pessoas com deficiência ao trabalho, que entrou em vigor em 1990 com a Lei nº 8.112 e definiu o percentual de até 20% de vagas em concursos públicos.”; a “Lei nº 8.213, que determinou cota de vagas para pessoas com deficiência entre 2 a 5% em empresas privadas com mais de 100 funcionários.” e “As Leis nº 10.048 e nº 10.098, ambas de 2000, que estabelecem as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

No segundo grupo, foram escolhidas as seguintes: “Em 2002, o Ministério da Saúde instituiu a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência.”; “Em setembro de 2007, o



Governo Federal trouxe o Programa de Direitos de Cidadania das Pessoas com Deficiência, com vastas medidas para este grupo da população, mais recursos financeiros, dando maior importância ao tema” e, no dia 21 de setembro de 2005, foi oficializado o “Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, com a lei Nº 11.133.”.

Para a confecção do mapa tátil, cada grupo teve acesso a materiais múltiplos, como eva, palitos de picolé, tintas, símbolos, pérolas, papeis, lápis de cor, pinceis etc. Esses materiais foram utilizados para que os estudantes pudessem exemplificar os pontos e as políticas públicas referidas anteriormente. Durante a construção, os estudantes chegaram a um consenso e decidiram fazer ruas e estradas com o nome de cada política pública, assim ilustrando caminhos por todos os pontos abordados e debatidos.



Construção do mapa tátil

A oficina durou três aulas. Além de produzir o mapa, os estudantes participaram ativamente do debate sobre questões como acessibilidade na escola, sobre possibilidades de melhoria dos espaços e sobre a presença do capacitismo no cotidiano da cidade e da escola. O final da oficina coincidiu com a culminância da eletiva “Aprendendo com o lúdico”, onde os alunos apresentaram o mapa construído ao longo dos dias. Além de apresentar o mapa, os estudantes fizeram comentários sobre a sensorialidade, as texturas e os relevos, sendo este um dos aspectos mais importantes do trabalho. Comentaram sobre o porquê do tamanho grande das letras, o uso das cores fortes e das setas com símbolos que indicam os caminhos a serem percorridos. Os alunos também explicaram cada política pública, que os mesmos intitularam como ruas.





Após as apresentações, os estudantes demonstraram ter compreendido sobre a importância de debater o tema da inclusão e acessibilidade na escola. Questões e comentários como “prestar atenção às ruas em seus trajetos”, “como é a arquitetura da escola, ela é acessível ou não?” e “de que maneira podemos melhorar as barreiras arquitetônicas da escola?” foram mencionados em sala de aula.

Muitas questões foram levantadas acerca de palavras capacitistas, que foram desconstruídas ao longo da oficina. Como nos mostra Geny Lustosa: “A noção de capacitismo, por sua vez, traduz-se em uma forma de opressão ao sujeito, prolongando uma condição histórica que se arrasta sob a égide de mantê-los como sujeitos silenciados pela história da educação”.

Os aprendizados da oficina foram muitos. A partir desta experiência, os estudantes tiveram a chance de refletir e de se sensibilizarem sobre um tema nem sempre debatido nos espaços educacionais. Além disso, os aprendizados durante a oficina não foram só dos alunos, mas também foi para mim, como estudante e profissional em formação. Os apontamentos e dúvidas socializadas durante a oficina me levaram a refletir sobre as abordagens e melhores formas de tratar o tema, lembrando que a inclusão é uma experiência coletiva e não individual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a Sociologia, enquanto disciplina curricular do ensino básico, tem cumprido papel fundamental, ao longo da história, como área do conhecimento capaz de desnaturalizar as relações sociais, propiciando uma visão crítica sobre a realidade social. Diante da intermitência do ensino de Sociologia, que impacta na sua legitimidade enquanto componente curricular e no seu reconhecimento para o desenvolvimento intelectual dos/das jovens, conseguimos perceber como o desenvolvimento de novas metodologias ativas contribuem para que a Sociologia se torne mais atraente para o jovens e mais próxima à sua realidade.

Os jogos didáticos contribuem para que os jovens se conectem ao conteúdo trabalhado e aprendam de uma nova forma. Dayrell (2003) prefere utilizar a noção de “juventudes”, assim no plural, evidenciando a existência de diversos modos de ser jovem. Juventudes aqui são compreendidas como constituições históricas e culturais, isto é, enquanto um sujeito social ganhando diversos contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas. Há uma diversidade que se concretiza com base em múltiplos contextos sociais (classes sociais),



culturais (etnias, identidades religiosas, valores) e de gênero, nas disposições geográficas, entre outros aspectos.

Essa pluralização estudantil instala-se como uma pressão crescente por um currículo mais inclusivo e, consequentemente, por metodologias de ensino-aprendizagem que reconheçam as suas expressividades. Estar em sala de aula é uma constante vivência com as juventudes, é necessário estar pelo menos dialogando com as práticas que os alunos e alunas experimentam no dia a dia. Diante disso, utilizar os jogos como metodologia de ensino é uma forma dos jovens se sentirem ainda mais próximos dos conteúdos apresentados em sala de aula.

Tendo em vista a vivência do estágio supervisionado em uma escola de tempo integral, chegamos à conclusão de que temas como inclusão e acessibilidade são pouco abordados no ambiente escolar. Por outro lado, concluímos que os estudantes possuem um desejo expressivo em conhecer e estudar o tema. A escola, portanto, se faz necessária nesse debate, criando espaços para que o tema seja cada vez mais debatido. Inclusão é o ato de criar um ambiente onde as pessoas possam pertencer e prosperar, independente de suas características, assim criando um ambiente acolhedor para todos.

A inclusão escolar, portanto, é um modelo que visa integrar todas as crianças e jovens sem distinção, garantindo que todos os alunos tenham as mesmas condições de aprendizagem. Mantoan (2003) e Candau (2012) nos mostra os desafios do paradigma da inclusão escolar e como a educação se “entupiu” do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares e burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam. A efetivação da inclusão implica, portanto, em uma mudança radical desse atual paradigma educacional.

Considerando as reflexões de Mantoan durante o estágio e o acompanhamento das aulas da eletiva, quando a professora supervisora abordou o tema “Direitos humanos e Cidadania”, ficou claro que o debate sobre inclusão e acessibilidade é uma demanda a ser trabalhada com os demais estudantes. Lembrando que o tema da inclusão pode ser trabalhado em qualquer circunstância e não apenas em turmas que possuem estudantes PCDs.

Diante disso, a implementação da oficina e o debate sobre inclusão se fez necessário no contexto do estágio supervisionado. A realização da oficina para a construção do mapa tátil impulsionou o debate sobre o histórico dos direitos adquiridos ao longo do tempo. Desse modo, pensando em uma forma de estimular o debate reflexivo, foi realizado um exercício de





sensibilização a partir do mapa, onde os alunos criaram “caminhos” que apontavam os direitos reivindicados pelas pessoas com deficiência no decorrer das décadas.

Nesse sentido, faz-se necessário apontar que o papel da escola e do/da educador/a é atuar nas contradições presentes no meio social para que a construção desses saberes possa alcançar a estrutura da sociedade, rompendo com o atual modelo de individualismo, competição e da propriedade privada para alguns, defendendo um modelo pautado na igualdade de direitos e oportunidades, cooperação e justiça social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. *Index para Inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola.* Tradução: Mônica Pereira dos Santos. 3. ed. La PEADE: Rio de Janeiro, 2011.

CANDAU, Vera Maria. *Educação em Direitos Humanos questões pedagógicas.* ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CANDAU, Vera Maria (Org). *Rumo uma Nova Didática.* 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CEARÁ. Secretaria da Educação. Documento Curricular Referencial do Ceará: Ensino Médio. Fortaleza: SEDUC, 2021. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2022/01/dcrc_completo_v14_09_2021.pdf. Acesso em: 07 jul. 2023.

DAYRELL, J. T. A Escola “Faz” as Juventudes? Reflexões em Torno da Socialização Juvenil. Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, 2007.

A Escola como Espaço Sócio-Cultural. In: **DAYRELL, J. (org.): Múltiplos Olhares: Sobre educação e cultura.** Belo Horizonte: UFMG, 1996.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de; et al. Fundamentos da prática docente: elementos quase invisíveis. In.: **FARIAS, Isabel Maria Sabino de; et al. *Didática e docência: aprendendo a profissão.*** 4. ed.. Brasília: Liber Livro, 2014.

FREIRE, P.; SHOR, I. *Medo e Ousadia: O cotidiano do professor.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 224, v. 18.

HOOKS, B. *Ensino a Transgredir: A educação como prática libertadora.* 1. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013, p. 288.

LUSTOSA, Geny. *Barreiras atitudinais e práticas pedagógicas: interfaces com a formação de professores para educação inclusiva.*



MANTOAN, Maria. **Inclusão escolar : o que é? por quê? como fazer?** / Maria Teresa Eglér
Mantoan. — São Paulo : Moderna , 2003. — (Coleção cotidiano escolar) Bibliografia.

IX Seminário Nacional do PIBID

